

Um Passado Contemporâneo: as memórias do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) – 1895 – 2024

A Contemporary Past: the memories of Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) – 1895 – 2024



SIMÃO, Laís Pessanha*

 <https://orcid.org/0000-0003-0901-1649>

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado e tem como objeto a produção das memórias sobre o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), uma instituição de ensino localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de reenquadramento da memória vinculada ao ISEPAM e o modo como este adiciona as décadas de existência da antiga Escola Normal de Campos à narrativa oficial atual sobre sua história, no que diz respeito aos acontecimentos situados entre os anos de 1895 e 2024. Este trabalho pretendeu ser um estudo de caso sobre o constante processo de construção e reconstrução a que as memórias estão sujeitas.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert; memória; identidade.

ABSTRACT: This article is derived from a master's degree research and has as its object the production of memories about the Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), an educational institution located in the city of Campos dos Goytacazes, in the state of Rio de Janeiro. The objective of the research was to analyze the process of reframing the memory linked to ISEPAM and the way in which it adds the decades of existence of the former Escola Normal de Campos to the current official narrative about its history, with regard to the events situated between the years of 1895 and 2024. This work intended to be a case study on the constant process of construction and reconstruction to which memories are subject.

KEYWORDS: Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert; memory; identity.

Recebido em: 15/04/2025

Aprovado em: 10/06/2025

* Atualmente professora efetiva de História do município de São Fidélis (PMSF), Rio de Janeiro, é mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pelo Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Possui pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal Piauí e em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Licenciada em História pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ERS), da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: laispsimao@gmail.com.



Considerações Iniciais

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado e tem como objeto a produção das memórias sobre o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), uma instituição de ensino localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. De acordo com a narrativa utilizada pelo Instituto atualmente, sua história se inicia ao fim do século XIX, quando, em novembro de 1894, é criada a Escola Normal de Campos (ENC), voltada para a formação de professores do curso primário, que inicia suas atividades em abril de 1895 no prédio do Liceu de Humanidades de Campos (LHC).

Nesse contexto, a trajetória da ENC é interrompida com a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 02/01/1946) levando ao seu fechamento, pois passa a exigir que os cursos dessa modalidade funcionem em instituição que abrigue um grupo escolar e um jardim de infância, para que funcionassem como colégio de aplicação, demanda que a ENC não atendia nas dependências do LHC. Como o município apresentava a necessidade de uma instituição nos moldes da ENC, visto que já possuíam àquela época uma considerável quantidade de cursos primários, cria-se em 1954 o Instituto de Educação de Campos (IEC), que possuía a mesma função de formação docente das escolas normais, instalado no prédio do Grupo Escolar Saldanha da Gama, que foi a ele incorporado.

Acerca das alterações pelas quais passou o IEC, é interessante pontuar que seu nome se altera para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM) em 1965, e que passa para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) em 2001. Em 2002, inaugura o curso Normal Superior, acrescentando o “Superior” ao seu nome. É notável, ainda, que o prédio do atual ISEPAM tornou-se patrimônio de Campos pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal em 2013.

O processo de encerramento das atividades da ENC e a criação do IEC na década de 1950 é visto atualmente pelo ISEPAM como um processo de mudança de localização do Curso Normal do município, que impacta fortemente na narrativa sobre a trajetória do Instituto, uma vez que une as histórias de duas instituições, aqui consideradas como distintas, apesar de suas conexões. Essa mudança não se restringe apenas a inclusão de um dado curso na história de uma instituição de ensino ou serve apenas para aumentar a idade conferida ao Instituto, mas acaba por revelar questões interessantes sobre como as

comunidades lidam com o seu passado e a sua memória e sobre como agem em momentos em que sentem que a preservação destes está ameaçada.

O desenho do projeto de pesquisa se inicia com a identificação de mudança de data de comemoração de aniversário e da idade atribuída ao Instituto nas comemorações de sua criação durante a década de 2010, mudança que fez com que a instituição tivesse duas narrativas sobre a sua trajetória.

A partir das fontes orais obtidas pela pesquisa, foi possível verificar a existência de outras memórias, para além do oficial, tanto da vigente quanto na anterior à década de 2010. Há, assim, memórias conflitantes e não concordantes entre si, em que diferentes indivíduos formulam o passado a partir de elementos diferentes, lançando foco, do mesmo modo, a acontecimentos e discursos que nem sempre são os mesmos.

Desenvolvimento

O trabalho do qual se derivou este artigo se propôs essencialmente a compreender as justificativas de existência e as implicações de cada versão, ou seja, a partir de quais elementos cada uma se forma e de que maneira ela serve à escola, isto é, qual perspectiva institucional ela defende. Nesse sentido, a pesquisa se direcionou para o momento de emergência da narrativa vigente, buscando quais fatores contextuais provocaram esse movimento. Durante a coleta e a análise de fontes, observou-se que as duas narrativas coexistiram durante muitas décadas da história do Instituto, e que alguns grupos tinham conhecimento de apenas uma versão. Isto é indicativo do caráter vivo, plural e mutável da memória, inclusive a institucional, que se construiu e continuamente é reconstruída em tal instituição.

Assim, os objetivos do projeto foram, em geral, analisar as comemorações de aniversário do ISEPAM e os possíveis significados associados a esta. Em específico, objetivou-se localizar o período de criação dessa nova narrativa, de forma a investigar as motivações da reconfiguração da comemoração de aniversário do Instituto e a apurar as razões contextuais e as consequências do aprofundamento cronológico da trajetória do Instituto.

A partir desses objetivos e do material até então conhecido, as hipóteses elaboradas versavam sobre as possibilidades de que a alteração da comemoração do aniversário do ISEPAM objetivou agregar valor à instituição como reação ao período conturbado pelo qual passava. Além disso, aventou-se que a nova narrativa sobre a história do ISEPAM teria

contribuído para o tombamento de seu prédio, por reforçar o seu valor de ancianidade (Rielg, 2014) e a possibilidade de este ser considerado um lugar de memória e que a inclusão da trajetória da ENC à história do ISEPAM, colocando essas duas instituições como uma só, fortaleceria o discurso sobre a vocação do Instituto para a formação para o magistério.

Para a pesquisa, foi de extrema importância o uso de fontes orais, uma vez que se intencionava versar sobre memória e identidade. Nesse sentido, buscou-se dialogar com os portadores desta, para melhor compreender sua construção e seu alcance, optou-se por realizar entrevistas com membros do corpo docente que presenciaram o período da transição de narrativa oficial e membros da gestão da mesma época.

Apesar da importante contribuição das fontes orais para a investigação da pesquisa, não se optou por expandir o corpo de entrevistados para os demais servidores e para os estudantes da instituição, uma vez que se pretendia compreender as motivações para o reenquadramento da memória do Instituto. A esse questionamento, apenas as pessoas mais envolvidas com a gestão da instituição poderiam oferecer esclarecimentos, dado que são estes os membros do corpo escolar que possuem mais agência nesse quesito.

Seguindo as orientações de Verena Alberti sobre como proceder no planejamento de um projeto que pretende utilizar entrevistas como fontes, partimos, então, do pressuposto de que os entrevistados e sua visão sobre o tema de pesquisa devem ser adequados à sua questão, visto que devem ser considerados elementos quantitativos e não estatísticos (2008, p. 172). Assim, na escolha dos possíveis participantes foi necessário um conhecimento prévio do universo estudado; é preciso conhecer o papel dos que participaram ou participam do tema investigado, saber quais seriam os mais representativos os quais são reconhecidos pelo grupo, além de conhecer os que são considerados "desviantes".

Verena Alberti reflete, ainda, sobre a forte contribuição que as fontes orais podem oferecer para a compreensão da memória enquanto fenômeno social, posto que “o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação” (2008, p. 167). No campo do individual, o pesquisador que escolhe trabalhar com fontes orais, aqui especificamente entrevistas, deve ter em mente que esse tipo de fonte reforça o aspecto singular de cada pessoa, sem esquecer que “a entrevista de História oral é uma fonte intencionalmente produzida, colhida a *posteriori*” (ibidem, p. 168).

Neste caso, a pluralidade das memórias que circulam no Instituto evidencia o caráter vivo deste fenômeno que como um conjunto de lembranças, pode ser apropriado de

múltiplas formas pelos indivíduos de um grupo, dado que estes “se apropriam de maneira desigual de um estoque simbólico comum” (Azevedo, 2003, p. 44).

Durante as coletas de entrevistas, as servidoras participantes relatam também seu receio do enfraquecimento da memória e da identidade que foram forjadas para o Instituto ao longo das décadas em que este foi a maior referência em formação docente da região. Elas afirmaram a necessidade de atividades e de projetos no interior da escola que promovam o fortalecimento da memória e do sentimento de pertencimento entre o corpo escolar, pautados na identidade construída, tendo por base a missão atribuída à instituição, a de formar professores, missão esta que irá apelar para a conexão entre o Instituto e a ENC, colocando-as como uma mesma escola, que há mais de um século contribui para a educação pública de Campos.

Averiguou-se a influência de outros dois motivadores para o reenquadramento. Um deles o projeto da construção do Centro de Memória do ISEPAM, de necessidade presente no regimento norteador das unidades da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas, órgão do estado do Rio de Janeiro mantenedor do Instituto. Tal projeto forçou o Instituto a olhar e reorganizar seu acervo histórico, no qual estava sob sua guarda documentos pertencentes à antiga Escola Normal. Assim, o Centro, elemento crucial para compreender o fenômeno da memória do ISEPAM, é visto na pesquisa tanto como produto quanto produtor do esforço da manutenção de uma dada memória e identidade do Instituto, uma vez que sua construção teve também como objetivo consolidar a nova narrativa sobre a trajetória da escola, objetivo este que está, do mesmo modo, presente nas atividades do setor.

O outro fator diz respeito aos trabalhos que versam sobre o tema da história da Educação em Campos, dentre os quais alguns possuíam como objeto a Escola Normal e o Instituto de Educação, a partir das quais verificaram a conexão entre as duas instituições, esquecida com o passar das décadas, e que estimularam o surgimento da narrativa que promovia a noção de continuidade entre essas escolas¹. Essa utilização da narrativa que une a Escola Normal de Campos ao Instituto de Educação de Campos fortalece o discurso sobre a vocação do Instituto para a formação para o magistério, dessa forma tal missão é evocada recorrentemente pelo ISEPAM

¹ Os trabalhos em questão foram utilizados na escrita deste artigo, assim como da dissertação que o origina e estão discriminados nas referências ao final do artigo.

Para melhor compreender o papel que o Instituto reivindica para si, é interessante passarmos pela história da Escola Normal de Campos, a primeira escola de formação docente do interior do estado do Rio de Janeiro, e a forma como o ISEPAM mobiliza as memórias que o cercam. A ENC enfrentou seu fechamento, em mais de uma ocasião. É após seu fechamento definitivo que é criado o Instituto de Educação de Campos, atual ISEPAM, que quase sessenta anos depois de sua criação irá reivindicar sua origem na Escola Normal, coadunando narrativas que, como veremos, já circulavam em setores da instituição: de que o fechamento da ENC deveria ser encarado como uma transferência de instalação e uma continuidade da Escola agora no novo Instituto.

A Escola Normal de Campos foi criada através da Lei nº 164, de 26 de novembro e iniciou suas atividades em abril de 1895, no mesmo prédio em que funcionava – e ainda funciona – o Liceu de Humanidades de Campos (LHC) (Lopes, Martinez, 2007, p. 67). Este edifício, um dos mais luxuosos da cidade, foi construído originalmente para ser residência de José Martins Pinheiro, mais conhecido como Barão da Lagoa Dourada, um grande proprietário de terras e de escravizados, que chegou a ocupar cargos políticos no município. A Escola Normal de Campos dividia, então, o espaço com o curso do Liceu de Humanidades, mas era evitado o convívio dos estudantes desses cursos, através da organização espacial das dependências do edifício

Em 1947, é inaugurado o Grupo Escolar Saldanha da Gama no prédio que viria a abrigar o que entendemos hoje como Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. A sua localização, apesar de ser atualmente uma zona urbana do município, era, à época de sua instalação, em zona periférica e pouco nobre da cidade, devido à sua pouca infraestrutura, o que pode ser visto como indicativo da real expansão dos centros de educação formal em meados do século XX (Crespo, 2009, p. 66). Nesta mesma década é promulgada uma lei que afeta diretamente a possibilidade de manutenção da ENC: a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 21 de janeiro de 1946. A nova lei referente ao ensino normal compunha as leis orgânicas editadas durante a Reforma Capanema, entre 1942 e 1946.

A Lei Orgânica de 1946 estabeleceu condições para que os interessados ingressassem no curso normal, que envolviam o seu comportamento e definiam a idade limite em vinte e cinco anos, condições estas compreendidas pelos pesquisadores como de forte orientação elitista que já não condizia com o momento de redemocratização do país e de expansão do acesso à educação formal (Crespo, 2009, p. 63). Outra exigência para a criação e o

funcionamento dos cursos de formação docente era que estes fossem oferecidos em instituições que abrigassem também um jardim de infância e um grupo escolar ou escola primária, para que atuassem, também, como colégio de aplicação dos normalistas. Tal diretriz corroborou a decisão pelo fechamento da ENC, dado que o prédio do Liceu, onde ela funcionava, desde a década de 1930 não contava com o grupo escolar que outrora existia em suas dependências, fazendo com que a ENC existente no Solar não atendesse às novas exigências legais para a sua manutenção.

Para atender às diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica, o estado do Rio de Janeiro reorganizou sua Secretaria de Educação e Cultura (SEEC/RJ), através da Lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954. Em sua nova configuração, dividiu-se em quatro departamentos, sendo um deles o de Ensino Médio, departamento que ficou responsável pela criação dos novos centros de formação docente do estado (Crespo, 2009, p. 66).

No momento em que a lei que reorganizava a educação no Rio de Janeiro entrava em vigor, a ENC foi oficialmente extinta. Para atender à demanda dispensada à antiga ENC, foi criado pelo Departamento de Ensino Médio o Instituto de Educação de Campos em 1954, iniciando suas atividades em 1955 (idem). Este passou a ocupar o prédio do Saldanha da Gama, capaz de cumprir as exigências da nova legislação do ensino normal, por possuir segmentos que funcionariam enquanto colégio de aplicação para os normalistas.

Os estudantes matriculados na ENC foram transferidos para o IEC para dar continuidade à sua formação. Esse movimento, contudo, não foi bem recebido pelos normalistas. Apesar de sua localização ser estratégica, rota de passagem de diversos bairros da cidade ou de cidades vizinhas, o que promovia o acesso facilitado, era distante da área mais central e nobre de Campos.

Tal mudança foi percebida pelos alunos como uma perda de prestígio do curso normal em Campos, uma vez que este era oferecido em um luxuoso prédio na área nobre da cidade e dividia espaço com uma instituição consolidada e reconhecida, o Liceu, passando para uma instituição recém-construída, que contava apenas com os primeiros segmentos da educação formal e em área pouco valorizada pela sociedade campista da época.

Outro posicionamento possível é de que a localização do prédio foi estratégica, um ponto de passagem entre várias localidades de Campos e região, e que ajudou a impulsionar o crescimento da malha urbana. A professora Simone Higino coloca que:

A cidade acabava exatamente onde hoje é o ISEPAM? Só que era tudo lavoura, tudo canavial. Esses bairros que existem que não existiam. Então assim, foi uma estratégia, construir uma escola. Você não vê escolas estaduais do porte do ISEPAM. Desde que ele foi construído, ele já foi construído assim, gigantesco. (Simone Higino, entrevista 4, 08 de novembro de 2023).

Esse momento de transferência significou um certo enfraquecimento na identidade dos normalistas, que passaram por mudanças legais, espaciais e sociais em seu curso. Esse período marcou uma ruptura na história do curso normal em Campos, que trouxe insegurança em relação ao futuro do curso dentre os estudantes, que se viram desmotivados no início da transferência.

Esse é um momento marcante não apenas na história da ENC e do atual ISEPAM, mas, de mesmo modo, central para a reflexão proposta por esse trabalho, uma vez que se trata de um período visto como ponto de ruptura, mas também de continuidade, prevalecendo, a depender da maneira de compreender a trajetória do ISEPAM, ora a perspectiva de continuidade, ora de ruptura. O fato é que existem duas narrativas sobre a história do ISEPAM, uma institucionalizada até os primeiros anos da década de 2010, que compreende o ano de 1954 como o encerramento da antiga ENC e a criação de uma outra e nova instituição, o IEC, mesmo que se tenham transferido os normalistas de uma escola para a outra.

Nesta perspectiva, prevalece a noção de ruptura, mesmo que haja uma noção de continuidade do curso normal na cidade de Campos, uma vez que consideram, nessa visão, as mudanças que o tal curso em Campos sofreu – desde as legislações que definiram a extinção e a criação das instituições citadas até as alterações sociais e espaciais que ocorreram no cotidiano dos normalistas – tendo em vista que, a partir de 1955, passaram a estudar em um outro instituto e a conviver com um novo corpo escolar, tanto em relação aos demais estudantes, quanto em relação aos profissionais que atuavam no IEC e no Grupo Escolar. Considerando essa perspectiva, até os anos 2000, o ISEPAM comemorava seus aniversários contabilizando sua idade a partir do ano de 1954, ano de criação do IEC. Portanto, o ISEPAM teria sessenta e nove anos hoje em dia.

Ademais, o Instituto comemorou, no ano de 2025, 130 anos. A nova forma de contagem da idade do ISEPAM que se oficializa a partir da década de 2010 e que considera o ano de 1895, início das atividades da antiga ENC, como começo da história do novo instituto. Nessa perspectiva, prevalece a noção de continuidade, em que o foco recai sobre a

transferência do curso normal e de seus estudantes de uma instituição para a outra, e se evidencia o vínculo entre ambas, uma vez que se entende que, caso a ENC não houvesse sido extinta, o atual ISEPAM não teria surgido, sendo, assim, a continuidade desta primeira instituição.

Desde seu surgimento, o IEC passou por algumas transformações, que vão desde o oferecimento de novos cursos e segmentos educativos até a adequação de seu espaço físico para os comportar. Em 1965, altera seu nome para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM), em homenagem a um ex-aluno do curso normal, matriculado no ano de 1906, que seguiu carreira política.

Durante o século XX, o curso normal era muito prestigiado na cidade de Campos e, associado a ele, o então IEPAM. A partir de documentos de um arquivo pessoal de uma ex-normalista, obtivemos a listagem de formandos do ano de 1993, em que quatro turmas com número de alunos entre trinta e nove e quarenta concluíram o curso normal, além das turmas dos estudos adicionais, o chamado “adicional” entre as estudantes. Contando todas as modalidades, nesse ano, contabilizou-se quase dez turmas formandas. Essa realidade muda a partir dos anos 2000, quando tanto a procura pelo curso normal quanto a quantidade de formandos decaem.

A professora Ana Paula Ferreira declarou para a pesquisa que “nós tivemos uma turma de terceiro ano normal que se formaram acho que 7, então, de tanto que eles diminuíram essa oferta de vagas, então era uma coisa que a gente todo ano a gente tinha que travar uma briga diferente” (Ana Paula Ferreira, entrevista 3, 06 de novembro de 2023). As que já trabalhavam na instituição na década de 1990 apontam um momento como crucial para as turbulências que o curso normal do Instituto irá enfrentar: a saída da Secretaria de Educação e passagem para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a quem Higino se refere por “eles” na fala acima.

As professoras acreditam que a intenção da FAETEC era transformar o Instituto em uma escola técnica, sendo necessário para isso o encerramento do curso normal e dos primeiros segmentos da Educação Básica oferecidos pela escola: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, cursos que destoavam dos demais mantidos pela Fundação.

Nesse momento se inicia então uma disputa de interesses entre os profissionais do então IEPAM e a Rede FAETEC. As propostas de mudança da Fundação iam de encontro com os desejos do IEPAM, que desejava se manter enquanto um Instituto de Educação,

mantendo seu tradicional curso normal. *Luta*. Este é o termo usado para descrever a relação FAETEC-ISEPAM pelas professoras que viveram esse momento.

Apesar da relutância da Rede FAETEC em prosseguir com o curso de formação de professores, é durante sua gestão que o Instituto, inaugura, em 2002, o Curso Normal a nível superior, curso que traz o S à nomenclatura da instituição, que se torna Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, como se intitula até hoje. Em 2009, este curso se transforma na Licenciatura em Pedagogia, curso ainda oferecido pelo ISEPAM².

Mesmo possuindo o mesmo objetivo de formação docente, não foi estabelecida uma relação estreita entre o curso normal e a atual Licenciatura em Pedagogia. Todas as participantes da pesquisa, sejam docentes do superior ou não, afirmaram sentir um distanciamento entre o curso superior e a escola básica. A professora Simone Higino acredita que a forma como foi instalado o curso superior na unidade influenciou a construção dessa barreira, uma vez que se criou o curso, assim como foi a transferência para a rede FAETEC, sem consulta à comunidade escolar.

Como exposto anteriormente, a partir dos anos 2000, o ISEPAM entra em um novo período de crise, em que há a possibilidade de extinção do seu tradicional curso normal, que é vista nesse trabalho como relacionado ao reenquadramento das memórias vinculadas ao Instituto. De acordo com o corpo docente da instituição, cabe muito à FAETEC, mantenedora da escola, a tentativa de encerrar a oferta dessa modalidade de ensino.

Estes fatores são reflexos, também, nas novas legislações em vigor no território nacional. Nesse contexto, o Plano Nacional da Educação (PNE), lei que entrou em vigor no ano de 2014, prevê, entre suas vinte metas para a próxima década da educação, que todos os docentes da educação básica tenham formação em nível superior. Nesse sentido, a proposta era de que, a partir de 2014, os professores efetivos que possuísem apenas formação em nível médio recebessem incentivos para prosseguir sua formação em nível superior e que os novos concursos e processos seletivos admitissem apenas professores que possuísem diploma de nível superior.

Todavia, apesar das metas do PNE de 2014, a LDB ainda não revogou o artigo 62, que prevê a possibilidade de formação mínima em nível médio para atuação no magistério:

² VÍDEO comemorativo dos 125 anos do ISEPAM. Roteiro: Mirian Carvalho de Araújo. Disponível em: <https://www.facebook.com/905856209437096/videos/3050185215061793/>. Acesso em: 10/02/2024.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415) (Brasil, 1996).

Mesmo em documentos recentes, posteriores ao PNE, a formação em nível médio para professores é prevista. A resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), afirma em seu artigo 18 que:

Os cursos em Nível Médio, na modalidade Normal, destinados à formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de cumprir as disposições desta Resolução, em especial as competências expressas na BNC-Formação, devem respeitar, no que não a contrariar, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas instituídas pelas Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e nº 1, de 20 de agosto de 2003 (Brasil, 2019).

Nesse sentido, o Curso Normal a nível médio é incluído como curso atual que deve, portanto, seguir as novas diretrizes educacionais do Brasil. Assim, mesmo sendo um curso de regularidade com previsão de finitude, mesmo que com prazo em suspenso, os docentes do ISEPAM persistem em manter o tradicional curso da instituição, justificando a legitimidade legal do curso e o fato de que muitos normalistas egressos conseguem ser empregados apenas com o curso a nível médio, tanto na rede privada quanto na rede pública de ensino, sobretudo em municípios menores na região do Norte Fluminense.

Em 2022, o ISEPAM inaugurou seu centro de memória, setor da instituição responsável por armazenar e preservar seu acervo documental, onde se obteve parte das fontes utilizadas neste trabalho. Com este setor, o arquivo histórico do Instituto se tornou de mais fácil acesso aos visitantes e pesquisadores, uma vez que parte de seu acervo, aquele que não apresenta risco de danificação, fica exposto. Esse setor busca, também, promover atividades que divulguem a história e a memória do Instituto. Quando questionadas sobre o papel do Centro para o Instituto, as docentes participantes da pesquisa esclareceram que este poderia ser capaz de levar a trajetória, a história do ISEPAM a diante, que seria por meio dele que poderiam manter viva a memória e a identidade da instituição.

Para discutir a mudança da narrativa propagada pelo ISEPAM sobre seu passado, mobilizamos aqui alguns conceitos centrais para essa reflexão, sobretudo o de memória e o

de identidade. Na construção de um discurso sobre um passado que se quer manter preservado, esses são dois elementos constitutivos de tal processo, que vão dar sentido, tanto em termos de motivação quanto de direção, a essa empreitada. Compreender a memória e a identidade do ISEPAM é buscar entender o que o corpo institucional lembra sobre sua trajetória e como deseja ser conhecido em sua região, qual lugar que reivindica como sendo pertencente.

A noção de pertencimento, elemento constitutivo do sentimento de identidade (Pollak, 1992), também é ponto importante da nossa discussão teórica, não apenas por auxiliar a compreensão das dinâmicas internas ao Instituto, mas porque foi um sentimento citado em relatos das professoras participantes da pesquisa. O próprio corpo escolar, dessa forma, faz uso dos conceitos mobilizados durante a pesquisa para refletir sobre a história do Instituto e sua relação com ele.

Entre os conceitos interessantes ao objeto está o de memória coletiva, inaugurado pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Sem negar seu aspecto individual, o autor indica que a memória sempre terá sua dimensão coletiva, uma vez que se constrói a partir de influências de fenômenos exteriores ao indivíduo e de seus grupos sociais (1990, p. 36). Outro sociólogo que contribui para os estudos da memória é o francês Michel Pollak. Este reflete sobre a constituição e na estruturação da memória que, para ele, sofrem flutuações a depender das influências pessoais ou sociais (1992, pp. 201-202). Estes fatores são, assim, indicativos de que a memória é um fenômeno construído e de caráter seletivo e coletivo (idem).

A categoria presente na obra de Pollak relevante para a discussão que se pretende realizar é a de enquadramento da memória, que faz menção ao seu processo de construção, uma vez que se refere à operação de enquadrar, de ajustar a determinadas intenções (idem). Nesse sentido, é possível falar dos usos e abusos da memória. De acordo com Paul Ricoeur, a seleção de determinados aspectos da memória não é, por si só, considerado abuso, pois o que o configuraria abuso seria a “mimética incorreta” (2007, 92). Assim, podemos compreender que o abuso da memória surge do processo de enquadramento que deturpa o conteúdo ao ela faz referência. Dentre as formas de abuso de memória elencados por Ricoeur está a manipulação, em que há de forma mais evidente excesso ou escassez de memória (ibidem, p. 98). Helenice Silva discute a manipulação de memória nas práticas de rememoração, indicando sua frequência, pois toda comemoração

seria feita celebrando a “visão idealizada” e em função das necessidades do presente (2002, pp. 7-8).

Juntamente ao conceito de memória, Pollak analisa o conceito de identidade, bem como a relação entre as duas. O autor afirma que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (1992, p. 205), ou seja, há uma dependência entre a memória e a identidade, uma vez que estas se alimentam mutuamente. Dessa forma, a memória coletiva sustenta o sentimento de identidade, bem como este último fortalece a primeira. Bem como a memória, a identidade também possui seus elementos constitutivos, listados pelo autor (1992, p. 205) como o sentimento de unidade física, isto é, a existência de fronteiras físicas, materiais ou de pertencimento, de continuidade temporal, e de coerência entre os elementos que compõem o indivíduo.

Também incluímos na pesquisa as discussões sobre *lugar de memória* e patrimônio, uma vez que o ISEPAM pode ser lido a partir dessas noções. Sobre *lugar de memória*, segundo Pierre Nora, autor que estabelece esta categoria, nós consagramos lugares à memória ao passo que deixamos de manter relações espontâneas com esta. Esse movimento de inaugurar lugares para abrigar a memória seria gerado pela aceleração da História, que cria o sentimento de ruptura com o passado e perda do elo de identidade (1993, p. 8). Nesse sentido, o ISEPAM pode ser compreendido enquanto um *lugar de memória* por abrigar a memória de seu Curso Normal, que tem sua manutenção ameaçada atualmente.

Durante a pesquisa, também se utilizou registros de mídias digitais, em que verificou-se a coexistência das duas narrativas. Os posts do Blog do Professor Roberto Moraes em comemoração de aniversário do Instituto em época que o celebravam a partir do IEC³, por exemplo, são indicativos dessa existência simultânea de ambas as cronologias escolares. Neles estão presentes respostas que indicam a existência da narrativa em que prevalece a noção de continuidade entre a ENC e o IEC, mesmo antes do processo de modificação do discurso oficial sobre a trajetória da instituição. Pesquisadores da área da Educação em Campos, Maria Amélia Boynard e Jacy Moreira Sales, esclarecem ao autor do blog seus

³ Ver: MORAES, Roberto. “ISEPAM comemora 54 anos”. In.: **Blog do Roberto Moares**. Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2008/05/isepam-comemora-54-anos.html>. Acesso em: 10/02/2024.
MORAES, Roberto. “ISEPAM comemora aniversário”. In.: **Blog do Roberto Moares**. Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2010/05/isepam-comemora-aniversario-com.html>. Acesso em: 10/02/2024.

posicionamentos em relação à idade atribuída ao ISEPAM, da qual discordam, pois destacam em suas réplicas a compreensão de que o ano de 1954 foi o momento de transferência de endereço e de denominação da antiga escola normal anexa ao Liceu de Campos, que passaria a funcionar no prédio do Grupo Escolar Saldanha da Gama com o nome de Instituto de Educação de Campos. Apesar de ainda não oficial à época, essa narrativa sobre a origem do ISEPAM também circulava pela comunidade escolar, como conta a coordenadora do Centro de Memória.

Assim, podemos perceber que havia já nas décadas de 2000 e de 2010 duas narrativas, dois enquadramentos distintos da memória do ISEPAM, em que o ponto de conflito seria, então, o ano de 1954, ora visto como de ruptura, ora como de continuidade. Não é raro que existam múltiplas memórias em torno de um evento, tendo em vista que o processo de construção e de manutenção das memórias sofre influências de diversos fatores, corroborando o caráter vivo do fenômeno da memória.

No entanto, observamos que essas memórias nem sempre ocupam a mesma posição, pois sua adesão pode se diferenciar, ou seja, por quantos indivíduos ou grupos cuja memória é reivindicada e carregada. Nesse sentido, determinados enquadramentos podem ser mais populares que outros. Pode haver memórias hegemônicas dentro de uma determinada sociedade. Para esse fenômeno de sobreposição de uma memória sobre a outra, utilizaremos a noção de memória oficial versus memória subterrânea.

No caso deste trabalho, o termo memória oficial diz respeito à memória institucional do ISEPAM, aquela que é veiculada através de seus eventos e meios de comunicação. As memórias subterrâneas ligadas ao Instituto seriam, portanto, aquelas que não comporiam ou que iriam divergir do discurso presente no oficial. Indicando o caráter vivo e mutável da memória, a oficial e subterrânea do ISEPAM trocaram de posto na década de 2010.

As demais servidoras entrevistadas relataram uma experiência muito oposta à da coordenadora do Centro. Já atuantes no ISEPAM ao menos desde o início dos anos 2000, afirmaram ter tido conhecimento do enquadramento vigente a partir do momento de sua oficialização. Em seu relato, a ex-professora e coordenadora Ana Paula Ferreira afirma que não possui lembranças sobre o momento de troca da memória oficial do ISEPAM, indicando que não foi um movimento que teve ampla participação do corpo de servidores da instituição.

A mesma narrativa também era desconhecida para Simone Higino, que, além de ex-servidora, é ex-aluna do ISEPAM, tendo realizado toda sua educação básica no Instituto. A professora relata ainda que se recorda que o resgate da trajetória da antiga Escola Normal e a sua incorporação à do ISEPAM ocorre graças ao esforço da gestão escolar nos anos de 2011 a 2013. Todas as servidoras indicaram o papel ativo da gestora da instituição no processo de remodelação da memória oficial do ISEPAM, referida como professora Ângela⁴.

Ângela era ativa nos círculos acadêmicos campistas, tendo participado de grupos de pesquisa voltados para a história da educação campista, sediados na Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada em Campos, onde teve acesso às pesquisas sobre o Liceu de Humanidades de Campos. Graças a esses contatos externos ao ISEPAM, constatou-se a relação estreita entre as instituições inseridas na memória oficial atual, uma vez que nesse círculo acadêmico eram realizadas pesquisas sobre a antiga Escola Normal.

Assim, com seus novos conhecimentos acerca da história do Instituto, partiu desta gestão a proposta de reenquadramento da memória do ISEPAM. Cabe destacar que, bem como os debates acerca da “correta” idade e data de comemoração do aniversário de Campos dos Goytacazes, expostos no capítulo anterior, estão restritos aos nichos acadêmicos da região, estando a maior parte da população ignorante até mesmo sobre a existência de discordância sobre tal comemoração, a discussão sobre a origem do que entendemos como ISEPAM ficou circunscrito ao setor da instituição, uma vez que tiveram acesso a ela, aqueles que estavam inseridos neles pela participação em grupos de pesquisa da UENF ou por atuar como docente do nível superior, como do caso da coordenadora do Centro de Memórias do ISEPAM, única participante que conhecia a atual memória oficial.

Deste modo, compreende-se que nem toda memória oficial pode ser entendida como memória hegemônica, uma vez que dificilmente alcança todos da comunidade, podendo até mesmo, alcançar somente uma pequena parcela dela, como possivelmente foi o caso do ISEPAM nos primeiros anos após o reenquadramento de sua memória, no período em que tal discurso ainda estava se consolidando.

Trabalha-se, nessa pesquisa, com a ideia de que o novo século impôs uma sensação de crise identitária ao ISEPAM, ameaçado de ter que deixar de oferecer o Curso Normal, que

⁴ Apesar dos esforços, não foi possível agendar entrevista com a ex-servidora, que inicialmente se mostrou disposta a participar da pesquisa, mas, posteriormente, não apresentou disponibilidade de agenda.

o consolidou enquanto instituição de ensino referência de qualidade em Campos, e a Educação Infantil, um dos colégios de aplicação dos cursos de formação docente do Instituto.

Nessa nova etapa a instituição recorre à outra narrativa já existente que privilegia a perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, reforçando o caráter de formação de professores, a partir de então, já centenária, apelando para a ideia de “tradição” do curso ameaçado de extinção de tamanha relevância para o Instituto. Nesse sentido, a narrativa que ascende como oficial dá ênfase à missão autoatribuída ao ISEPAM, tendo em vista que “toda organização [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma” (Pollak, 1989, p. 10).

Todavia, esse momento iniciado no início dos anos 2000, de progressiva perda de prestígio e de procura pelo curso normal, sentido como uma crise não apenas para esse curso, mas, sim, a toda a instituição, que via neste curso centenário – seguindo o enquadramento vigente atualmente – a razão de seu prestígio social, contou com outro fator que favoreceu a ascensão de outra narrativa: o início do projeto do Centro de Memória do ISEPAM.

Com o dever de organizar seu acervo histórico de modo a narrar a história do Instituto de modo próximo à ideia de uma narrativa museológica, a instituição se depara com uma documentação pertencente à antiga Escola Normal, que havia sido transferida juntamente aos normalistas na década de 1950. Já despidos da sensação de quebra de identidade e enfraquecimento do sentimento de pertencimento vividos pelos estudantes na transferência de uma instituição para a outra, o ISEPAM enxerga, a partir de então, a sua história privilegiando a perspectiva de continuidade entre a ENC e o atual ISEPAM, tendo em vista que os papéis sociais de ambas as instituições são o mesmo: formar os professores primário da planície goitacá.

O enquadramento vigente nas comemorações do ISEPAM, além de fortalecer o caráter tradicional da formação docente do Instituto, aprofunda cronologicamente a trajetória do Instituto, tornando-a centenária, algo que não ocorreria caso se mantivesse a outra narrativa sobre a instituição. Tendo em vista a ideia comum de que um dado elemento ou lugar possui valor, ou mais valor, graças a sua existência longínqua, esse movimento de substituição de enquadramento das memórias do ISEPAM, auxilia na reafirmação da

relevância do Instituto perante a sociedade campista e a sua mantenedora, a FAETEC, que possui interesses por vezes divergentes do Instituto em relação aos seus cursos.

Nesse sentido, a mudança de narrativa agrega mais valor à instituição em um momento muito oportuno, num período de instabilidade e preocupações em relação ao futuro, terreno fértil para novos usos da memória. Dessa forma, o enquadramento que privilegia a perspectiva de continuidade faz apelo ao valor de ancianidade presente no mesmo e facilmente percebido tanto pela comunidade escolar quanto pela campista, uma vez que apela à ideia de tradição da instituição, que tradicionalmente, desde o século XIX formaria os docentes da região. Assim, numa visão teleológica, a perspectiva de continuidade, que aprofunda a trajetória do ISEPAM, tornando-o mais antigo, auxiliaria no reforço da relevância da instituição em um período de mudanças externas e ameaças à permanência do curso que seria a origem do Instituto.

Pensando nos diferentes momentos de construção ou oficialização dos enquadramentos da memória do ISEPAM indicados nas diferentes comemorações de seu aniversário, podemos concluir que na década de 1950 havia uma necessidade de organização dos fatos pregressos que divergia das demandas da década de 2010. Se na década de 1950 a demanda era por criar um marco que unisse os cursos que conviviam no prédio do antigo Saldanha da Gama, na de 2010 o interesse era reafirmar a relevância histórica e social do atual ISEPAM e de seu curso de formação de professores a nível médio, ameaçado pelos interesses divergentes da FAETEC, o que seria favorecido pela perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, que recalca o sentimento vivido pelos normalistas transferidos da Escola Normal extinta em 1954.

Esse movimento pode ser considerado como o que Eric Hobsbawm chamou de “invenção de precedentes favoráveis” (2013, p. 42), ou seja, criação de um passado que favorecesse objetivos políticos. O passado se torna, então, argumento em litígios político-sociais:

O “passado social formalizado” é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente. Tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente: a lei é igual ao costume, sabedoria dos mais velhos, em sociedades iletradas; os documentos que consagram esse passado e que, com isso, adquirem certa autoridade espiritual, fazem o mesmo em sociedades letradas ou parcialmente letradas (Hobsbawm, 2013, p. 26-27).

Isso não significa que compreendemos a narrativa construída na década de 2010 como invenção ou como discurso baseado em elementos irrealis, fictícios, uma vez que “em lugar nenhum a história é infinitamente suscetível à invenção” (Trouillot, 2016, p. 30), mesmo a história de uma instituição escolar. Assim, sempre haverá “a demanda por um tipo diferente de credibilidade [que] separa a narrativa histórica da ficção” (ibidem). Em busca dessa credibilidade, portanto, o Instituto justifica o reenquadramento de sua memória, utilizando em seu discurso elementos que reforcem a vinculação entre ambas as instituições inseridas na atual narrativa, eliminando espaço para questionamentos sobre a veracidade ou plausibilidade da continuidade entre elas, mesmo que para isso faça uso de construções imprecisas da história, como a menção à extinção da ENC como uma mudança de endereço da instituição, ocultando movimentos históricos mais radicais.

Esse processo de construção do passado, todavia, não é uma via única, realizado, ele influencia a construção contínua dos sujeitos dessa coletividade. A memória vigente do ISEPAM, em amplo processo de enraizamento, em breve será a única narrativa conhecida por quase todo o corpo escolar, o que influenciará não apenas na sua percepção sobre o seu passado, mas, também, em sua identidade enquanto membro dessa coletividade, sobretudo para os docentes e os discentes do agora centenário curso normal. Desta forma, nota-se o movimento mútuo de construção da memória e da identidade.

[...] o passado construído é ele mesmo construtivo da coletividade. [...] sua constituição como sujeitos segue lado a lado com a contínua criação do passado. Assim, eles não são sucedâneos desse passado: são seus contemporâneos (Trouillot, 2016, p. 43).

Esse trabalho compreende, assim, o passado, bem como a memória, não como fenômeno localizado em outro tempo histórico, mas, sim como nosso contemporâneo, uma vez que é constantemente revisitado e construído a partir de demandas presentes. Do mesmo modo que todo indivíduo é filho do seu tempo, o passado é fruto do tempo em que ele é mobilizado. A memória do ISEPAM é menos sobre o seu passado e mais sobre o contexto e os objetivos atuais. Logo, a memória do Instituto, mesmo que faça o resgate de um tempo cronologicamente mais distante, é, enquanto reconstrução mais ou menos consciente do passado, contemporânea às gerações posteriores à década de 2010.

Nesse sentido, o ISEPAM é visto nessa pesquisa também como um lugar de memórias, pois, mesmo que os acontecimentos sejam os mesmos, as narrativas que surgem deles variam, influenciando e sendo influenciadas pelas diferentes memórias que circularam no Instituto. Observa-se, então, que há alguns elementos contextuais que favorecem a releitura dos anos de existência da ENC e sua incorporação à memória do ISEPAM. Esse movimento busca fortalecer não somente a identidade normalista presente na instituição, mas, também, a noção do Instituto enquanto *locus* de formação de professores.

Nesse sentido, o Instituto luta para manter o curso normal também porque a pedagogia não é vista como a continuidade deste, transformou para melhor atender as demandas de formação acadêmica de professores para o novo século. O curso superior não compreenderia, desta forma, a demanda por tradição, por memória que o Instituto apresenta. Enfraquecida a memória normalista, uma vez que a comunidade capaz de carregar para a posteridade diminui, com a redução dos estudantes e a saída dos servidores que vivenciaram os anos de ouro do curso, a própria identidade normalista se encontra em vertigem. “A escola sempre foi escola de normalistas, então a gente não queria acabar com essa tradição” (Ana Paula Ferreira, entrevista 3, 06 de novembro de 2023).

O início do século XXI pode ser encarado como um momento de crise para o ISEPAM, sobretudo por trazer a incerteza da continuidade da oferta do curso normal. Devemos lembrar que, mesmo havendo outros cursos na instituição, inclusive técnicos profissionalizantes e o curso superior de formação de professores, foi o curso normal que ofereceu destaque ao Instituto durante décadas. Silva (2002) afirma que os momentos de crise e incertezas em relação ao futuro trazem como corolário o alargamento de formas de rememoração, em que se incluem, também, as comemorações e o processo de patrimonialização como tentativas de fortalecer essa memória e, conseqüentemente, a identidade normalista, pois, da mesma forma que “a história é meio indispensável para forjar a nacionalidade” (Guimarães, 1988, p. 14), a memória o é para forjar a identidade.

E é nesse sentido que a categoria de *lugar de memória* é aplicável no caso do ISEPAM, uma vez que busca manter um elo não espontâneo com um tempo que não existe mais, com as comemorações que remetem à antiga Escola Normal. Todavia, para além de um lugar de memória, o Instituto é um lugar de memórias, lembranças e narrativas plurais, subsequentes, mas, também, concomitantes, memórias essas expostas pelos próprios servidores da instituição.

Centro de Memória do ISEPAM. Este último pode ser visto como espaço em que a memória reivindicada pelo Instituto se materializa, apesar do acervo pouco extenso em comparação com a longa trajetória da instituição apresentada por ela. O Centro é local de visitação e pesquisa para o público externo, mas, também, de divulgação e tentativa de cristalização de uma dada memória e de construção do sentimento de pertencimento nos membros do corpo escolar

O Centro de Memória é, nesse sentido, a materialização dos esforços de criação e manutenção de uma dada memória pelo Instituto. Espaço em que somos apresentados a uma instituição dita centenária, que luta pelo reconhecimento de sua missão de formação docente que oferece, por sua vez, sentido à identidade institucional. Percorrendo as salas e prateleiras deste *lugar de memória*, somos confrontados com mais de uma dúzia de décadas de luta por reivindicação de direitos e desejos do corpo escolar e, também, de conquistas para o Instituto que fez parte de uma grande porcentagem da vida de milhares dos campistas que passaram por ele.

Ao longo da pesquisa verificamos que são três os fatores que influenciaram a oficialização da perspectiva de continuidade entre a Escola Normal e o Instituto de Educação identificados pela pesquisa. A conjuntura instável pela qual a escola passava, o trabalho de grupos de pesquisa sobre história da educação em Campos e o projeto de criação do Centro de Memória. Este último fez com que a instituição demandasse esforços para organizar seu acervo histórico, que contava antes com ainda menos cuidados específicos, trabalho árduo e ainda não finalizado, como esclarecido pela coordenadora do Centro.

É durante essa empreitada que a escola se depara com documentações pertencentes à antiga ENC e aos seus normalistas, acervo este que migrou para o atual ISEPAM à época da transferência dos estudantes para o IEC, como alguns livros de matrícula, como o apresentado anteriormente. Essa documentação sob salvaguarda do Instituto é usada como argumento para a legitimação da perspectiva de continuidade, mesmo que haja ainda registros da ENC sob responsabilidade do Liceu de Humanidades de Campos, local em que a Escola se localizava.

Esse material, além de indicativo da conexão entre as duas instituições, foi utilizado por pesquisadores campistas do tema da História da Educação, que ao falar sobre o ISEPAM, recorriam a seu passado e ao seu vínculo com a ENC, já que o curso normal que é criado nele advém da própria Escola Normal. Esses trabalhos reforçam a conexão das instituições e

colocam a necessidade de resgatar a trajetória da ENC para se compreender o ISEPAM. Necessidade esta que se apresenta, nesses trabalhos, como menor do que a da compreensão do Grupo Escolar Saldanha da Gama, escola já existente antes do IEC e que é a instituição que o vai receber, mas que não recebe tanta atenção dos pesquisadores, sendo tratado como o colégio de aplicação dos normalistas do Instituto, ao seja, mais a favor deste último. Essa série de trabalhos também influencia a consolidação da perspectiva de continuidade entre esse nicho acadêmico.

Esse novo enquadramento também poderia favorecer a escola, sendo útil no momento pelo qual ela passava. Os servidores mais antigos, que passaram pelas décadas 2000 e 2010, lembram desse momento como de tensão, insegurança e instabilidade para o Instituto, sobretudo pela passagem da instituição para a FAETEC e a ameaça da mudança de estrutura e perfil da escola, com possibilidade de abertura de cursos técnicos e fechamento dos segmentos iniciais da Educação Básica e do tradicional curso normal.

É nesse contexto, influenciado por múltiplos fatores, que a narrativa de continuidade ascende como oficial, narrativa que vai se pautar no histórico e na tradição, isto é, também na profundidade cronológica da existência do Instituto, agora visto oficialmente como centenário, além de reforçar a missão institucional de formação docente. O discurso atual apela então para a tradição de preparo de professores, colocando esse papel como a razão de ser da escola, trazendo um peso maior para a possibilidade do fechamento do curso normal da instituição, uma vez que, de acordo com essa narrativa, é dele que surge o Instituto.

Essa perspectiva é, de certa forma, imposta pelo nicho acadêmico da instituição ao corpo escolar que, em sua maioria, a desconhecia. Ela é incorporada pelos membros de diferentes formas, como pudemos ver através das entrevistas. Alguns vão adotá-la de imediato, enquanto para outros ela vai se instalando ao longo dos anos.

Nesse sentido, o curso normal se apresenta como guardião de uma dada memória e identidade, forjada pela e para a instituição, agora reforçada pela narrativa histórica oficial da instituição. A *identidade normalista*, como citado por participantes, que não é existente em todos os membros da instituição, pois a maioria está matriculada em cursos outros, refere-se, na verdade, à missão e visão institucional: de continuar sendo lembrada em sua região como centro de referência para a formação docente. Por isso que a instituição recorre ao valor de tradição deste curso, mesmo que atualmente tenha perdido seu valor prático

socialmente. Sua luta pela valorização dessa memória e identidade, através da manutenção do oferecimento desse curso e de seu colégio de aplicação, não é somente o desejo de reconhecimento de seu passado, mas, sobretudo, o desejo do que a instituição objetiva ser no futuro.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu ser um estudo de caso sobre o constante processo de construção e reconstrução a que as memórias estão sujeitas. Objetivou-se, também, contribuir para os estudos que se incluem nas temáticas de História da Educação, Formação Docente ou aqueles que versem sobre o ISEPAM, mas, também, para todos aqueles interessados nas dinâmicas que envolvem a memória coletiva e a sua formulação, bem como sua relação com a identidade social.

O caso sobre o qual este trabalho se debruçou revela o caráter vivo e mutável do fenômeno da memória, suscetível a fatores contextuais, objetivos ou não, e o modo com que este está intrinsecamente vinculado ao sentimento de identidade e de pertencimento. No exemplo do ISEPAM, o momento em que se sente a identidade atribuída ao Instituto se enfraquecendo, a identidade referente às décadas que a instituição se dedicou a formar os professores do município, é, do mesmo modo, o momento em que membros mais antigos do corpo escolar acreditam que a memória do Instituto está se perdendo, que as tradições que circulavam o prédio já não o fazem com a mesma intensidade.

Os esforços para resgatar, usando de empréstimo o termo que aparece em entrevistas feitas para o trabalho, essa memória e essa identidade ocorrem, também, no mesmo período, esforços estes que resultam na inauguração do Centro e nas suas posteriores atividades. É a esse movimento que o título se refere, um passado que não está isolado do presente, mas, sim, que é seu contemporâneo, que é revisitado e mobilizado, que é reinterpretado e reescrito a partir de conjunturas atuais, fazendo com que haja mais de uma possibilidade de enquadramento de memórias, como mostra o ISEPAM com suas memórias plurais que circulam por seus pátios, suas salas e seus corredores e habitam nas lembranças e nos corações dos que por lá estiveram.

Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História - conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: 2003. p. 43-44.
- CRESPO, Regina Márcia Gomes. *Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960*. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Companhia de Bolso, Rio de Janeiro, 2013.
- LOPES, Sonia de Castro. MARTINEZ, Silvia Alicia. A Emergência de Escolas Normais no Rio de Janeiro do Século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 15 set./dez, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo (10), p. 7-28, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-2012, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração'/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. "O poder na história". In: *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.